

A INFLUÊNCIA DA CRIMINOLOGIA MÍDIÁTICA NA SOCIEDADE COM RELAÇÃO A ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR

THE INFLUENCE OF MEDICAL CRIMINOLOGY IN SOCIETY IN RELATION TO MILITARY POLITICAL ACTION

MONTEIRO, Luiz Henrique de Alencar ¹
PANATIERI, Cristiane Bianco ²

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade compreender os aspectos da temática criminologia midiática, violência e sociedade com referência a atuação da Polícia Militar. A fundamentação teórica teve como base literaturas relacionadas ao assunto proposto em pesquisa, especialmente a obra A Questão Criminal de Zaffaroni, além de um estudo realizado no Terceiro Pelotão de Novo Planalto, pertencente ao terceiro Batalhão de Porangatu 12 CRPM. Para isso foi aplicado um questionário no respectivo domínio com a força operacional da unidade. Foi possível constatar como esse projeto a relevância da averiguação do tema como uma colaboração para a questão da violência em sociedade, propiciando a Polícia Militar mais possibilidade de êxito em seu projetos e atuações.

Palavras-chave: Criminologia Midiática. Violência. Sociedade. Polícia Militar.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the aspects of mediatic criminology, violence and society with reference to the activities of the Military Police. The theoretical basis was based on literature related to the subject proposed in research, especially Zaffaroni's The Criminal Question, as well as a study carried out in the Third Platoon of Novo Planalto, belonging to the third Battalion of Porangatu 12 CRPM. For this purpose a questionnaire was applied in the respective domain with the operational strength of the unit. It was possible to see as this project the relevance of the investigation of the theme as a collaboration for the issue of violence in society, giving the Military Police more possibility of success in their projects and actions.

Keywords: Criminology. Violence. Society. Military Police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, luizham@pmgo.gov.br; Goiânia – GO, Março de 2018.

² Professor orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, panatieri@hotmail.com, Goiânia-GO, Março de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade midiática conquista cada vez mais lugar nos meios de comunicação de massa e no dia a dia da comunidade Brasileira. Apesar de a todo o momento ser considerado um dos argumentos de grande proeminência nos veículos de comunicação e jornalísticos, na era contemporânea e tecnológica tem conseguido dimensões ainda superiores. Seja através de ocorrências violentas já acontecidas ou apenas previstas, a experiência do convívio com a criminalidade se tornou uma questão frequente e comum, de interação entre os membros da sociedade, e diários de notícias.

Souza (2000, p.127) explana que “[...] os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades.” Á vista disso, acontecimentos longínquos da nossa existência tornam-se aproximado e são agregados ao nosso dia a dia, por meio da exposição pelos meios de difusão de informação.

A violência se tornou em um das grandes adversidades vividas atualmente pela população brasileira, especialmente os jovens do gênero masculino negro que hoje são as principais vítimas da criminalidade violenta nas grandes capitais. Tanto em ocorrências banais por motivos fúteis, pessoais, ou passionais quanto em infrações que envolve algum tipo de violência como crimes contra vida, em especial os homicídios e latrocínios, sendo que homens, jovens, negros e de reduzido grau de escolaridade são as mais relevantes vítimas de mortes violentas no País. O crime e seus agentes passaram a simbolizar uma enorme tormenta e modificou a as diretrizes da segurança pública referentes às políticas de seguridade e a rotina da sociedade brasileira.

Assim como a violência sem limite, o problema da segurança pública e a marginalidade convertida em *bodes expiatórios* pela criminologia midiática passaram a ganhar mais destaque em especial na televisão, que possui grande influência na opinião publica, além disso, referenciada atuação dos meios de comunicação tem ajudado a notabilizar estereótipos historicamente criados e desenvolvidos pelo sistema punitivo brasileiro. As ocorrências policiais militares também ganharam mais visibilidade pelo simples fato de envolver acontecimentos louváveis ou recrimináveis, cotidianamente a criminologia midiática faz referência a alguma situação envolvendo à polícia, a criminalidade, e a sociedade que na maioria das vezes assume o papel da vítima. Assim, torna-se pertinente tentar entender o relacionamento entre a imprensa e a polícia, especialmente sobre as questões

que envolvem a segurança pública e a sociedade aja vista que é por meio dela que a população forma sua opinião.

A reflexão a acerca dos fatores torna possível analisar as criações e desenvolvimento identitários formuladas a partir das consequências sociais das coberturas realizadas pela mídia brasileira e a maneira como a imagem institucional da polícia militar é frequentemente citada pela mídia sensacionalista. O artigo em sua estrutura vai analisar a visão da sociedade com relação a atuação da Polícia Militar (PMGO) e a influência da criminologia midiática nesse processo.

O raciocínio apresentado aqui é produto de uma pesquisa-inquietação e tem por objetivo geral suscitar uma perspectiva crítica acerca destes debates, a fim de verificar a influência que a mídia desempenha na área da subjetividade e como esta funciona na estruturação desse modelo de ser e agir do homem social, bem como a sua preponderância nas interações associadas entre seres humanos.

Mediante estas informações, procurou-se responder no decorrer deste trabalho os seguintes questionamentos: Qual a visão que a população tem da polícia? A Polícia Militar é um órgão repressor ou necessita de reestruturação? Como e porque a criminologia midiática influencia a sociedade? O contexto historia realmente influi nessa percepção.

Como objetivos específicos: explicar sobre os critérios da sensação de insegurança da população; analisar os mecanismos de segurança existentes no trabalho policial e os tipos de desvantagens e as vantagens da profissão policial militar; estudar a estrutura da mídia no Brasil; identificar e questionar o funcionamento dos sistemas de comunicação instalados além de analisar as consequências das matérias jornalísticas nas ocorrências policiais militares.

A justificativa da opção pela Polícia Militar tem como principalmente razão ser a força policial a instituição mais próxima da sociedade e referenciada na maioria das reportagens jornalísticas sobre criminalidade, violência e segurança, diferentemente da Polícia Civil, que tem seu trabalho pautado em atividades de averiguações de ocorrência populacionais, e da Polícia Federal, que atua em ocorrências de amplitude maiores em detrimento da União, não estando de modo diretoligada ao cotidiano da população.

A importância deste trabalhado se deve ao fato, da PM estar cada vez mais direcionada para o relacionamento com a comunidade, seja através de ações mais simples e minimalista como participar de festa infantis de crianças e adolescentes, como a instituição de Colégios Militares, e Polícias especializadas como a Polícia Comunitária e a patrulha Maria da Penha, que são especificamente voltadas para o relacionamento com a comunidade, com o objetivo de identificar e diagnosticar problemas antes que aconteçam, atuando de uma maneira mais

preventiva com relação ao crime, neste contexto esse projeto busca estudar e desenvolver estratégia de entendimento e enfrentamento de modo a identificar as causas e consequência da influência da criminologia midiática no pensamento da comunidade acerca do trabalho policial, propiciando a PM mais possibilidade de êxito em seus projetos e atuações.

A seção 1 tem por objetivo: explicar sobre a reflexão a cerca dos fatores e torna possível analisar as criações e desenvolvimento identitários formulados a partir das consequências sociais das coberturas realizadas pela mídia brasileira e a maneira como a imagem institucional da Polícia é trabalhada em sincronia com os fatores publicados. Esta primeira seção aborda essa temática e tem o intuito de analisar os discursos e atuação identitários da Polícia Militar (PMGO), e a influência da criminologia midiática nesse processo.

A seção 2 é dedicada ao estudo da atividade policial no Brasil, bem como na análise da percepção da população da atividade policial fundamentada em referências de vários autores conceituados. Propõe-se ainda citar importantes informações sobre o cidadão policial militar. Com o objetivo de compreender como o policial entende certas aptidões de sua profissão e como entender a ligação entre esse serviço e certos pontos de vista da comunidade em que estão inseridos, de forma a delimitar a visão que a sociedade tem sobre a instituição da Polícia Militar (PMGO).

A 3ª seção é dedicada a metodologia cujo texto busca fundamentar as formas de construção e redação desse estudo, com exposição de características, particularidades e de fatores diferenciais e ímpares desse projeto.

A seção 4ª conta com uma exposição dos frutos de um questionamento em forma de pesquisa sobre os entendimentos dos policiais em relação à admissão na atividade policial militar; à perspectiva da sociedade sobre o serviço desenvolvido pela polícia militar; aspectos questionáveis envolvendo o elo polícia militar-sociedade; às propostas para o aperfeiçoamento da performance da instituição policial militar, com o intuito de estabelecer uma relação entre a influência da criminologia midiática na visão e percepção da sociedade, inclusive do policial cidadão, com relação às atividades desenvolvidas pela Polícia Militar.

A 5ª seção é dedicada aos resultados e discussões acerca do que foi proposto em todo o corpo do trabalho, com foco especial para a amostra em forma de questionários sobre as perspectivas acerca do trabalho policial, sua relação com a sociedade e suas influências pela criminologia midiática, além de considerações acerca de melhorias para a execução da atividade policial no meio social.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O que se busca aqui não é somente uma análise superficial de determinados fenômeno propiciados pelos estudos de algumas obras literárias, em razão de seus traços preponderantemente crítico, mas sim, a proposta de uma reflexão mais complexa e profunda sobre o assunto proposto, sobrepujando o pensamento da criminologia midiática que na contemporaneidade guia o debate da violência, da criminalidade e da segurança pública em nosso país, e especial a Polícia Militar.

2.1 A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: SOCIEDADE, VIOLÊNCIA E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Inicialmente, é preciso realizar alguns comentários e conceituação daquilo que vem a ser a criminologia midiática no âmbito da sociedade brasileira, ressaltando sua singularidades e delimitações no que se refere a questão do estudo da criminalidade e violência criminal, na contextualização da era contemporânea e modernidade tardia como é a brasileira. Via de regra as questões referentes a violência, a criminalidade, a segurança pública que engloba a atuação da Polícia Militar e o sistema penal, são tema dos mais variáveis estudos acadêmicos que tem como objetivo alcanças respostas para tal problemática além de novas perspectivas referentes á criminologia no Brasil. Desse modo, percebe-se que a criminologia midiática se nutre de um conhecimento vulgar proporcionado a população pela mídia eletrônica de massa, que indubitavelmente colabora para construção de uma "opinião pública", desprovida de conhecimento científico e acadêmica, direcionada especialmente para o medo.

Segundo Zaffaroni (2013, p 145), “a criminologia midiáticasempre existiu e sempre apela a uma criação da realidade através de informação, subinformação e desinformação em convergência com preconceitos e crenças”. Ele salienta que importante parcela da sociedade brasileira não tem acesso as meios de comunicação de qualidade, ou até mesmo os tem mais não se interessam em dedicar algumas horas do dia a uma instrução de qualidade, pois são veneradoras da televisão, ao passo que ocupam todo seu tempo de lazer apenas assistindo televisão, infelizmente essa e a realidade de grande parte da população brasileira.

Evidentemente, quando a sociedade tem acesso aos programas jornalísticos, policiais, a internet, ou mesmo lendo jornais e revistas, é criada uma opinião singular e característica “Ou seja, se nutrem – ou padecem – de uma criminologia midiática”.(ZAFFARONI, 2013, p. 194 –Grifos Nossos).

Essa criminologia midiática incide na população que todos os dias acordo cedo para ir para o trabalho que enfrentam a brutalidade de um mundo contemporâneo em uma rede de transporte coletivo, sujeitando a sociedade a todo um mundo de consequências da convivência com a criminalidade, todos esses aspectos cria uma percepção distorcida da questão criminal que é construída e desenvolvida especialmente pela televisão que é a principal arma da criminologia midiática. “E não pode ser de outra maneira, porque as pessoas geralmente não frequentam os institutos de criminologia nem leem os trabalhos especializados, porque têm outras coisas para fazer”. (ZAFFARONI, 2013, p. 132).

De modo semelhante, Bourdieu (1997, p.24) afirma que, “[...] a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar”, e não poderia ser de outra forma, pois os cidadãos talvez não tivesse a oportunidade de ler livros, revistas, jornais, periódicos e projetos científicos especializados na questão criminal, pois a vida do brasileiro tende a ser muito corrida haja vista a dificuldade de suprir suas necessidades básicas como se alimentar e dar uma vida digna para si e sua família, ficando o conhecimento indubitavelmente de lado.

Das antigas civilizações até os dias atuais, o medo tem sido utilizado pelas instituições e governos como instrumento fundamental do mecanismo de controle social e disciplina dos “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2013, p. 131). Baseando-se neste conceito, nota-se que apesar do meio de comunicação utilizado, as variáveis acerca da mídia estão sempre em mudança, o que se notaria com certeza e a presença de singularidades voltadas para o medo, consequência, riscos, carência de identificação, restrição e destruição dos perpetuadores do evento de transtorno da sociedade.

Conforme descrito por Zaffaroni (2013, p. 146) “a característica central da versão atual desta criminologia provém do veículo empregado: a televisão”. Sendo assim, a mídia exerce grande influência, pois a televisão que é vista como o principal vilão desse modelo de interação utiliza uma espécie de comunicação por imagem em que o receptor somente vê e escuta aquilo que é transmitido não há uma comunicação bilateral em si, criando uma espécie de pensamento sempre concreto sem tempo e espaço para que fosse gerado algo abstrato, isso explica porque uma pessoa consegue passar hora em frente a uma televisão como uma espécie de hipnose gerando um déficit intelectual, sem espaço para reflexão. Um exemplo adequado é a imagem de 11 de setembro do evento terrorista em que dois aviões se chocaram propositalmente nas Torres Gêmeas do conjunto organizacional do World Trade Center, ocasionando a morte de milhares pessoas, imagem essa que demonstra toda a bestialidade do homem, característica ímpar da índole do comportamento humano, com certeza uma

simples menção a imagem daquela tragédia trás consigo um contexto trágico que conta toda uma história.

Nessa configuração, pode-se reiterar que “[...] se o sistema penal tem por função real canalizar a vingança e a violência difusa da sociedade, é mister que as pessoas acreditem que o poder punitivo está neutralizando o causador de todos seus males”. (GIRARD apud ZAFFARONI, 2013, p. 194). Deste modo observa-se que, que a figura do estado se faz presente como o detentor do monopólio legítimo da força através da atuação do aparelho político por meio da Polícia, do Ministério Público, da Justiça e da Administração Penitenciária que tem como objetivo prevenir a prática de infrações penais e cumprir o papel inerente ao sistema penal brasileiro, fazendo o indivíduo assumir os valores e norma da comunidade.

A partir daí Zaffaroni (2013, p. 197) explica que:

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminoso, identificada através de estereótipos, que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus. Os eles da criminologia midiática incomodam, impedem que se durma com portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e, por isso, devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos nossos problemas. Para isso é necessário que a polícia nos proteja de seus assédios perversos, sem nenhum obstáculo nem limite, por que nós somos limpos, puros, imaculados.

Cria-se com isso na consciência popular a necessidade da construção e desenvolvimento de uma sociedade essencialmente pura, composta pelas elites puritanas em que poder em regra pertenceria a classe dominante, que seria celetista ao modo de suprimir com rigor máximo os estereotipados, constituindo uma nação dividida em “bons” e “maus”, “eles” e “nós”. Com isso, é possível identificar outra das singulares da criminologia midiática, que consiste na seletividade que pode ser caracterizada como a capacidade da mídia de segregar determinados componentes estereotipados da sociedade, que são de acordo com a imprensa os responsáveis pela violência, criminalidade em suma o controle social, causando o medo e o pânico social.

Tal pensamento nos possibilita valorar a tese de Sartori (apud ZAFFARONI, 2013, p. 196) quando afirma que atualmente o “[...] homo sapiens se está se degradando em um homo videns, como efeito de uma cultura de puras imagens [...]”. Fica claro que o problema provem dos veículos de comunicação que se expande pelo mundo, propiciando ao telespectador um pensamento construído por meio da imagem, o que influi diretamente o emocional, criando a ilusão de um planeta onde em sua essência as pessoas são descentes e corretas, por outro lado existe uma massa de indivíduos separados denominados criminosos, que tem como objetivo,

perturbar aquilo que a criminologia midiática define como pessoas boas, ameaçando sua criação e tirando seu sossego, sendo que a solução para tal problemática envolve a separação desses infratores da lei do restante da sociedade, para que os demais possam viver em paz, nesse momento se faz presente a figura da Polícia Militar como órgão de proteção e ao mesmo tempo repressão, responsável pelo restabelecimento da ordem, pois a corporação seria a figura que realizaria a separação das pessoas “boas”, e “ruins”, mas nesse sempre essa instituição e suas práticas agradam a toda a sociedade a vista que a própria criminologia mídia exerce influência sobre a consciência da população acerca do trabalho policial. Usando-se do crime que é um modelo de selvageria para atrair a atenção do cidadão e assim ter mais público, vender mais periódicos, em suma é a criminalidade utilizada para locupletar de uma minoria.

Rafael de Souza Lira (2014, p. 3) nos trás uma perspectiva muito relevante:

Enquanto a criminalidade tem voz, as demais formas de violência são mudas [...] e esse silêncio, “que reduz a violência a crime, além de ocultar o caráter violento de outros fatos graves- como miséria, a fome, o desemprego- cria um clima de pânico, de alarme social a que se costuma seguir em crescimento da demanda de mais repressão, de maior ação policial, de penas mais rigorosas. A intervenção do sistema penal aparece como a primeira alternativa, como a forma mais palpável de segurança, como a forma de fazer crer que o problema já está sendo solucionado.

Com a indução do temor, da aversão, e da falta de segurança na sociedade, proporcionada pela criminologia midiática especialmente através da internet e a televisão, transformou a utilização da lei brasileira em especial o direito penal que antes era uma última ratio de intervenção mínima em um modelo penal simbólico, simétrico, tutelando atitudes que outras áreas do direito naturalmente solucionavam com facilidade. O que se entende ser mais relevante nessa situação que envolve criminologia midiática é que ela busca por meio da transmissão da mensagem ao telespectador influir uma credibilidade exacerbada no sistema penal brasileiro, como se ele fosse a solução para todos os problemas da sociedade especialmente as referentes a criminalidade e a violência, esse cenário se demonstra bastante conturbado, pois ocorre uma valorização exagerada do direito de punir, como se a ideia de segregar os estereotipados fosse realmente a resolução de tudo que a população necessita, a mídia não raras vezes se esquece de assuntos relacionados as políticas públicas e da situação social de que o povo brasileiro realmente carece.

No cenário que se mostra e se debate aqui, que teve por objetivo subjugar o medo das classes sociais dominantes por meio de perseguição ou mesmo aniquilamento dos estereotipados, foi cultivado no Brasil precipuamente pela mídia, como bem evidenciou Rogério Greco, promotor de justiça em seu site oficial:

A mídia, no final do século passado e início do atual, foi a grande propagadora e divulgadora do movimento de Lei e Ordem. Profissionais não habilitados (jornalistas, repórteres, apresentadores de programas de entretenimento, etc.) Chamaram para si a responsabilidade de criticar as leis penais, fazendo a sociedade acreditar que, mediante o recrudescimento das penas, a criação de novos tipos penais incriminadores e o afastamento de determinadas garantias processuais, a sociedade ficaria livre daquela parcela de indivíduos não adaptados.

Complementa-se ao trecho acima, o fato de que a imprensa sensacionalista como formadora da criminologia midiática, procura em suas ações instituir a violência, a sociedade, o executor e a punição como elementos fundamentais na existência da vida em sociedade, a vista que o conflito sempre vai existir, como sempre existiu historicamente, o homem em sua essência é violento e agressivo, no entanto o mesmo passou por um processo de socialização é civilização que durou milhares de anos, e que ainda esta em pleno desenvolvimento, como vimos por exemplo nas grandes guerras mundiais, na eterna busca pelo poder das grandes potências econômicas, como nos conflitos no Oriente Médio que já dura milhares de anos, e as disputas e discussões da Coreia do Sul e do Norte que veio a se tornar uma grande potência nuclear e ameaça a paz mundial. Outro enfoque que vale apenas se ressaltar sobre a temática apresentada é a supressão dos direitos e garantias fundamentais advindas desse modelo de privação de liberdade, que se tornou para a criminologia midiática uma barreira para o processo de exclusão dos estereótipos, por meio do qual o público ratifica o raciocínio de que as garantias processuais e direitos fundamentais são um problema que atrapalha a efetivação do sistema penal e da execução das penas nos estabelecimentos penais, que por fim proporcionaria ao restante da comunidade uma liberdade real. .

Zaffaroni (2013, p 149) afirma que, “para essa criminologia, nossa função seria a de limpadores de fezes e o código penal um regulamento para condutas de despejos cloacais”. Partindo desse ponto de vista, fica evidente que o modelo populacional de cada nação influencia diretamente no comportamento individual de cada pessoa pertencente ao ambiente, em um modelo de freio e contra peso, pois o grupo social institui linhas de comando e comportamento, que configura o que é o certo ou errado, assim o indivíduo que ultrapassa os limites dessas normas é delimitada como um, ser humano não confiável que deve ser punido e excluída da sociedade, de acordo com o código penal, as normas jurídicas e constituição legal instituída socialmente.

Desse modo, a criminologia midiática traz consigo a ideia de que “[...] a única solução para os conflitos é a punitiva e violenta. Não há espaço para a reparação, tratamento, conciliação; só o modelo punitivo violento “*limpa a sociedade*”. (ZAFFARONI, 2013, p 204).

Ademais, ante a pressão provocada pela mídia e refletida na a ideia de que os órgãos de segurança pública são responsáveis por um rigor punitivo,

a criminologia midiática naturaliza essas mortes, pois todos os efeitos letais do sistema penal são para ela um produto natural(inevitável) da violência própria deles, chegando ao encobrimento máximo nos casos de fuzilamentos disfarçados de mortes em confrontos, apresentadas como episódios da guerra contra o crime, em que se mostra o cadáver do fuzilado como indicador de eficácia preventiva, como o soldado inimigo morto na guerra.(ZAFFARONI, 2013, p 149).

Nesta disposição a frequência das mortes não declaradas ou declaradas sem motivo, num espécie de guerra, da sociedade politicada contra a figura do estado detentor do monopólio legítimo da violência tem como mão forte a Polícia que naturalmente, mata muito em confrontos como criminosos, e a luta contra a violência e a criminalidade que indubitavelmente tem consequências que nem sempre são bem vista mais é a realidade de um mundo moldado pela disputa em que os seres humanos apesar da racionalidade contemporânea continua agindo como os mediáveis que se matam entre si, na disputa pelo poder e sobrevivência, no entanto hoje o motivos de disputas se tornaram mais fúteis e banais, muito se diz que a policia militar na figura das chamadas especializadas, matam mais que o necessários nos confrontos, atuando fora dos limites de sua competência e utilizando a legalidade da força físicas atribuídas pelo estado de maneira errônea e exacerbadas, no entanto a guerra contra o crime realmente existe e é uma luta diária e preventiva, surge a figura de guerra contra o inimigo.

Desse modo, a criminologia midiática fundamenta-se em um contexto e/ou saber vulgarizado das referencias criminais, de modo que retira do ser humano em si toda esperança de um entendimento mais valorado e factível das temáticas criminais, identificando-se pela falta de cientificidade e excesso de emoção e senso comum, bem como pelas escolhas estigmatizante de pessoas e/ou grupos como causador da bestialidade violenta generalizada da sociedade.

2.2 A VISÃO DO CIDADÃO DO ELO SOCIEDADE-POLÍCIA

A polícia é o ramo da gestão pública incumbida pela atividade de segurança publica e pelo controle social forma. Por trás dessas finalidades amplas e vagas oculta-se um gama de atividades ordinária que precisaria provocar varias incoerências, pelo menos para o espectador que tem uma visão externa ao ambiente.

Tem se demonstrado com relativa frequência que o militar, no desempenho de suas atribuições, opera por meio de uma racionalidade pessoal que pode ter como consequência até mesmo uma modificação dos preceitos legais.

Qualquer pesquisa sobre o trabalho realizado pela Polícia no Brasil não pode deixar de levar em consideração as circunstâncias de que as instituições policiais estaduais estão sujeitas à centralização supervisão e subalternidade ao Exército brasileiro a mais de 20 anos, como previsto na constituição de 1944, vigorando até mesmo uma lei intracorporacional para os policiais. Resultado inevitável indubitavelmente é que as diversas policias existente no território brasileiro se segregam administrativamente e politicamente, chegando até a um isolamento total.

Fischer (1985, p.31) indica uma proposição essencial sobre as correlações entre as Polícias Civil e Militar:

Nunca ficou suficientemente precisa a linha que delimita a atuação de ambas as organizações. E, como se o controle social fosse constituído de despojos a serem disputados, cada uma procurou apropriar-se de um território onde exercer as atividades que, por premissa, definem sua existência.

É nítido avaliar que a relação entre as duas organizações policiais caracterizando-se no minimamente pela falta de cooperação, chegando as vezes até à hostilidade aberta, essencialmente a Polícia Militar tem como base institucional a hierarquia e a disciplina, fato esse instrumentalizado na formação e aprendizado dos policiais militares, a Polícia Civil por sua vez se caracteriza por uma organização institucional mais aberta tanto na formação quando no cotidiano de suas atividades, fatos esse que implicam de forma distintas na percepção da população a certa das duas instituições.

Há indícios de que consideráveis setores da sociedade têm um entendimento negativo da atividade militar, ainda que estranhamente sejam a favor do crescimento da punição. Surge então o questionamento sobre a busca por compreender se o cidadão tem consciência da perspectiva de abstenção e se é valorada pela oposição e a influência do ponto de vista da sociedade. As interações da Polícia com os diferentes tipos de meios de comunicação são discrepantes, diversificando da imputação à coexistência. Não seria possível perceber, aditivamente, uma existência do Policial Militar comum de irrestritos obstáculos em assunto de salários e de circunstâncias básicas de serviço.

Este projeto se desprendeu moderadamente receio de reconhecer e delatar o inconcebível nos métodos militares – temor norteadora de vários projetos sobre o assunto, até mesmo o de minha autoria – tem como objetivo coletar e evidenciar informações sobre a

sociedade. Interessamo-nos principalmente e essencialmente em compreender como o policial identifica delimitadas particularidades de sua profissão e como entende a relação entre esta atividade profissional e determinadas perspectiva da comunidade em que vive.

3 METODOLOGIA

A taxonomia ou segmento adota para a pesquisa, delimita dois critérios fundamentais para se concatenar a pesquisa: quanto aos meios e quanto aos fins. Quanto aos fins, este estudo é descritivo-explicativo. Descritiva porque tem como objetivo apontar peculiaridades próprias da instituição policial e dos veículos de comunicação de massa, observando as ligações entre os aspectos de cada uma e suas inferências. E, por outro lado, também, explicativa, pois, tem como finalidade justificar em que proporção questões como a concepção histórica na composição estrutural e na cultura da instituição determina seu modelo de ação atual e, sob a perspectiva da comunicação, de que maneira o caráter capitalista da criminologia midiática se favorece da falta de adaptação e da precariedade da polícia, pressupondo acontecimentos referentes à segurança pública. Quanto aos meios, a pesquisa é essencialmente bibliográfica em suas duas primeiras seções, visto que tem como base informações obtidas em livros, revistas científicas, páginas da Internet, dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos especializados

Além da pesquisa descritiva-explicativa foi realizado um questionário qualitativo sobre os entendimentos dos policiais com referencia a admissão na atividade Policial Militar; à visão da sociedade sobre o serviço desenvolvido pela Policial Militar; aspecto controverso envolvendo a relação polícia militar-sociedade; às propostas para o aperfeiçoamento da performance da instituição policial militar. Através do qual quarenta policiais militares do sexo masculino e dez do feminino, prevalecendo a faixa etária entre 20 e 40 anos de idade responderam a um pequeno questionário com perguntas fechadas e abertas sobre diversos temas apresentados.

O universo de estudo limita-se à organização policial, no entendimento de ente público, face do Estado demográfica de direito, e no âmbito dos mecanismos de comunicação de massa, e suas perspectivas propiciadas por jornais impressos, televisão, rádio e internet estabelecendo os pilares para o estudo sobre o cidadão e a Polícia Militar, sustentáculo fundamental da pesquisa quantitativa.

O levantamento de informações, enquanto bibliográfico, se materializou a partir de publicações disponibilizadas por especialistas das áreas de Direito, Filósofos, Sociologia e Jornalistas, de índole e reputação ilibada reconhecida e enquanto pesquisa no conhecimento empírico e percepções de quarenta policiais militares do sexo masculino e dez do sexo feminino.

As teses pertinentes ao projeto foram escolhidas em tomo de questões da segurança pública, cidadania, direitos humanos, capitalismo, ética, democracia, sociedade, estado comunicação, liberdade de imprensa e Polícia Militar.

A limitação do método empregado que se pode esbarrar na pesquisa refere-se à própria complexidade para segmentação do tema, devido à extensão de conceitos abarcados, especialmente, ao referente aos meios de comunicação, cujo estudo estreita-se à comunicação social, que é tida como uma ciência multidisciplinar.

3.1 INTEGRANTES DA PESQUISA

Quarenta policiais militares do sexo masculino e dez do feminino, com faixa etária prevalecendo na faixa etária entre 20 e 40 anos de idade (48%; 27% mais novos e 24% mais velhos), já se encontram em matrimônio (65%), com 2º grau e ensino superior completo de escolaridade (25% e 75%, nessa ordem). Em relação à posição hierárquica na instituição e à função de serviço, todos os componentes eram praças (23% cabos; 51% soldados e 20% sargentos) e 47% trabalhavam na atividade operacional. Encontravam-se na Polícia Militar há menos de 5 anos 30% dos participantes, entre 5 e 10 anos 25% e os remanescentes há mais de 10 anos. É relevante dizer que 83% dos integrantes tem três ou mais dependentes familiares.

3.2 MÉTODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Optou-se pela utilização de um questionário depois do descarte da metodologia de entrevistas, devido principalmente a falta de viabilidade de recursos materiais e humanos, tão método foi verificado e legitimado pelo Comandante da Polícia Militar de Novo Planalto. O questionamento contém perguntas diversas desde informações particulares, passando pelo exame das circunstâncias presentes para o exercício da atividade policial, envolvendo até mesmo questões polêmicas como a legalização da pena de morte no Brasil além do exame que a população realiza acerca do trabalho do policial.

3.3 CONTEXTO DE EXECUÇÃO

O questionário foi empregado nos domínios do respectivo Terceiro Pelotão de Novo Planalto, pertencente ao terceiro Batalhão de Porangatu 12 CRPM da Polícia Militar, estando no local da aplicação um oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás. Foi salientado o perfil impessoal e anônimo do questionamento, garantindo o segredo dos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa, além de serem elucidadas dúvidas e perguntas relacionadas ao tema do estudo. O Comandante do Pelotão inclusive não teve contato com os questionários após aplicação e preenchimento pelos policiais militares.

4 QUESTIONÁRIO

Como é impossível tratar dos questionamentos de todos os fatores a cerca do trabalho policial aqui vista a gama de questões e variáveis que envolve tal atividade, fizemos um projeto que aborda questões mais relacionadas ao tema deste trabalho com foco na imparcialidade e garantia do anonimato dos envolvidos.

4.1 INTEGRANTES

Quarenta policiais militares do sexo masculino e dez do feminino, com faixa etária prevalecendo na faixa etária entre 20 e 40 anos de idade (48%; 27% mais novos e 24% mais velhos), já se encontram em matrimônio (65%), com 2º grau e ensino superior completo de escolaridade (25% e 75%, nessa ordem). Em relação à posição hierárquica na instituição e à função de serviço, todos os componentes eram praças (23% cabos; 51% soldados e 20% sargentos) e 47% trabalhavam na atividade operacional. Encontravam-se na polícia militar há menos de 5 anos 30% dos participantes, entre 5 e 10 anos 25% e os remanescentes há mais de 10 anos. É relevante dizer que 83% dos integrantes tem três ou mais dependentes familiares.

4.2 MÉTODO

Após a não aprovação de entrevistas como meio e procedimento de aferição preferiu-se optar pela utilização de um questionamento, verificado com antecedência e chancelado pelo Comandante da Polícia Militar de Novo Planalto. O questionamento contém perguntas diversas envolvendo desde dados pessoais, passando pelo exame das circunstâncias presentes

para a atividade policial, até o debate sobre a possibilidade de aprovação da pena de morte no Brasil e a o exame que o cidadão realiza acerca da atividade da Polícia Militar.

4.3 CONTEXTO DE EXECUÇÃO

O questionamento foi empregado nos domínios da respectivo terceiro Batalhão de Porangatu 12 CRPM da Polícia Militar, estando no local da aplicação um oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás. Foi salientado a perspectiva impessoal e anônima da pesquisa, garantindo o segredo dos dados fornecidos, além de serem elucidadas duvidas e perguntas relacionadas ao tema proposto. O Oficial comandante inclusive não teve contanto nem acesso ao material empregado depois da aplicação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como não é possível argumentar de um jeito universal todos os dados coletados, dadas as restrições aqui apresentadas, escolhemos as que analisamos mais significativas com referência ao exame da atividade policial.

5.1 SOBRE A ADMISSÃO NA CARREIRA

Aptidão e/ou satisfação pela carreira Policial Militar foram indicados por 47% dos Policiais Militares como justificativa de sua entrada na instituição, de modo diverso somente 26% mencionam a falta de emprego desemprego. Tinham familiares na Policia Militar 44%, e 76% mencionaram terem exercido outra atividade profissional antes da entrada na instituição policial militar. Sendo o convívio com familiares Policial Militares pode esclarecer de certa maneira a “tendência natural ” referida, o reduzido percentual de indivíduos que tiveram suas primeiras experiências profissionais na Polícia Militar testemunha a desfavor da verdade da designação de entrada por “tendência natural ” (mera racionalização?). Em relação ao simplificador deve-se validar que as conjunturas de concepção social do Policial Militar imporiam uma admissão antecipada na atividade profissional para menor de idade e somente mais tarde seria viável a entrada na Polícia Militar.

5.2 COM RELAÇÃO A RELEVÂNCIA SOCIAL DO TRABALHO

Praticamente a plenitude dos integrantes do questionário (70%) apontaram que o serviço do militar é relevante para a comunidade, mas somente 27% deles indicaram em suas respostas que a população entende esta relevância (vale ressaltar aqui que somente 3% apontaram a notabilidade social da Polícia Militar como um das razões de sua admissão na profissão). Não obstante temática comum contida nas perguntas sobre a vida em sociedade, os retornos adquiridos na pesquisa evidenciaram a verdadeira compreensão da conjuntura de serem considerados profissionais com perspectivas negativas do ponto de vista social. É inusitado que exista, entre os respectivos Policiais, um noção desfavorável sobre seus camaradas de trabalho. Pedi que a associassem “aptidões de modo de ser que todo Policial Militar deveria ter”, indicaram principalmente cultura/educação, integridade/idade, estabilidade, respeito/estima e sabedoria de trabalho. À questão “Tais características ou aptidão são inerentes aos Policiais Militares que você conhece?”, 42% responderam ninguém ou poucos, 30% alguns, 28% todos.

5.3 SOBRE A VERIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DA POLICIA MILITAR PELA SOCIEDADE

Somente 25% dos integrantes demonstraram a impressão de que a sociedade vê o serviço do Militar como sendo exercido de maneira correta. Relativa parcela dos Militares que participaram da amostra, mencionaram notar a perspectiva negativa da população com relação a seu trabalho e sua carreira, ainda indicaram perceber que sua atividade é vista como mal feita, e até inútil. Esta impressão de ineficácia e ineficiência de sua atividade laboral é somada à Justiça Brasileira que difícil a aplicação da lei, soltando os presos com muita rapidez (79%), e o restante (68%) associaram a situação de precariedade de nossa sociedade à corrupção e a falta de penas mais rigorosa, como a legalização da pena de morte.

5.4 COM RELAÇÃO AO TRATAMENTO OFERTADO

Relativa maioria dos integrantes (70%) salientou ser tratada de forma respeitosa por pelos componentes da sociedade, somente por serem militares. O sentido negativo a respeito da profissão se encontra no motivo de serem tratados respeitoso no relacionamento direto de muitos indivíduos somente pela farda que ostenta e pela atividade repressora que exerce sendo associado em muitos casos somente a uso da força física. Não obstante, o conhecimento de

fazer parte de uma corporação visualizada de maneira negativa, se opõe a uma experimentação de muita satisfação pessoal de ser digno de respeito, que indubitavelmente é uma palavra que tem dois lados o primeiro se refere ao apreço e o segundo ao medo de agir com autoridade. Quando questionamos se existe outros projetos ou ambição de vir a realizar outra atividade ou abandonar a profissão, 52% explanaram que sim, mas somente 9% declararam que, para isso, abandonaria a PM, o que reafirma a declaração supracitada.

5.5 A RESPEITO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O APERFEIÇOAMENTO

Quantidade reduzida dos integrantes, 17%, analisou que as circunstanciais em que se encontram são aceitáveis, na forma em que não expôs nenhum tipo de sugestão. As mais relevantes recomendações expostas pelos integrantes dos questionários que restaram foram, em escala de relevância: expandir o efetivo profissional (40%); expandir e aprimorar os meios e equipamentos de trabalho (26%) e aperfeiçoar a capacitação dos militares (7%). Sugestões diversas poucas citadas são a “diminuição do tempo de serviço” e “melhor trato por parte dos superiores hierárquicos”. Observa-se ainda o fator de que as recomendações expostas ignoram o fato acerca das contraposições que compreende o trato polícia-sociedade e deixa de lado qualquer alusão ao trabalho conjunto da policias (civil e militar) pelo qual as atribuições se superpõem, alusão a existência coincidente no caso do Termo circunstanciado de ocorrência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É obvio que os resultados alcançado da restrita amostra não possibilita desfechos incontestável ou absolutamente difuso. Ressalvando, ainda assim, determinados itens que compreendemos terem seu debate obrigado pelas conclusões obtidas. Houve a perspicácia, pelos participantes da amostragem, da percepção pessimista chegado a negatividade que a sociedade possui de sua profissão. Evidencia-se determinados fatos que auxiliam para diminuir, juntamente com os militares, possíveis implicações dessa má impressão. É palpável ponderar que qualquer cidadão policial militar está formalmente e culturalmente envolvidos entre amigos e familiares que propicia singular respeito à profissão policial.

Outro entendimento relaciona-se ao episódio de que determinadas notícias apurada no decorrer do trabalho demonstraram a preponderância, entre os militares que participaram do questionário, de uma perspectiva não-argumentadora da população e, por acréscimo, de uma

ponto de vista pouco inteligente da ligação polícia- sociedade. Apesar de que impere tal pensamento, alguns integrantes notaram certas conjunturas que aparentam, para quem vê de fora, provoca falta de nexos e paradoxos raramente acomodáveis em uma noção não-argumentadora por parte do cidadão. O entendimento dos obstáculos e incoerência advindas do modelo de implantação do serviço militar na comunidade não assegura clareza, muito menos seu entendimento das várias deliberações. As propostas de aperfeiçoamento, a título de exemplo, centraliza-se unicamente no campo da respectiva polícia (crescimento dos almanaques militares, melhoramento de equipamento, aperfeiçoamento da capacitação e escolha criteriosa e objetiva). Novamente vez subjaz uma percepção não-argumentativa da população: acerca da problemática está apenas no ambiente circunscrito da instituição policial e em particularidades do ser policial.

É notável que este ponto de vista não-questionador não é privativo dos militares, mas está disperso entre a sociedade que questiona gradativamente a agressividade humana em sua essência criminal. É aparente que a divergência entre os entendimentos sobre repressão e violência das classes populacionais e dos estudiosos guardada as devidas proporções com a divergência dos sentidos indicado por alguns (mais liberdade para atuar, subjugar e penalizar) entre outros (segurança dos fundamentos do direito indivíduo e coletivo da pessoa humana como singular cura contra arbitrariedade mais relevantes que, ocorreriam).

O presente projeto indica uma estrada inelutável: dominar cada vez mais os pontos de vistas e pressuposto de representantes de distintas parcelas da sociedade como por exemplo profissionais de vários segmentos, etários etc. Sobre paridade judiciária e temáticas correlatos entre um processo que possibilite a progressiva retificação de nossas percepções de in e out-groups.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FISCHER, R.M. **O Direito da população à segurança**. Petrópolis, Vozes / Cedec, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GRECO, Rogério. **Direito Penal do Inimigo**. Rogério Greco site oficial . Disponível em: <<http://www.rogeriogreco.com.br/?p=1029>>. Acesso em: 03 abril. 2018.

LIRA, Rafael de Souza. **O segredo de Justiça Como Regra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000. 127 p.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminología: aproximación desde un margen**. Bogotá: Temis, 1988.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.